

## VISÃO DO CORREIO

# Crimes da crise da covid devem ser apurados

A tragédia da covid-19 no Brasil não pode ser tratada como mera fatalidade. O país registrou mais de 700 mil mortes ao longo da pandemia, segundo dados oficiais do Ministério da Saúde, tornando-se uma das nações com maior número absoluto de vítimas no mundo. Essa cifra, por si só, evidencia a gravidade da crise sanitária e o peso das escolhas políticas no agravamento do cenário.

O ministro Flávio Dino acerta ao determinar investigações sobre a condução da pandemia. As apurações não se restringem a um balanço administrativo: elas dizem respeito à responsabilização por crimes contra a saúde pública, condutas que resultaram em perdas irreparáveis. Por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), a Polícia Federal dará seguimento às investigações da CPMI da Covid, que havia indiciado várias pessoas, inclusive o ex-presidente Jair Bolsonaro, cujas atitudes deliberadamente hostis à ciência orientaram a resposta do governo federal ao coronavírus.

Entre janeiro de 2021 e o início de 2022, enquanto o Brasil acumulava centenas de milhares de novos óbitos, políticos e autoridades sabotavam medidas básicas de contenção, como o incentivo ao uso de máscaras e o distanciamento social, além de defenderem tratamentos ineficazes. Ao mesmo tempo, atrasavam negociações para a compra de vacinas, travando o processo de imunização em um país que historicamente tem uma das estruturas de imunização mais bem estruturadas do mundo: o Programa Nacionais de Imunização (PNI). Esse quadro ficou mais dramático

diante de episódios como a crise em Manaus, quando a falta de oxigênio hospitalar levou pacientes à morte por asfixia, numa cena que simboliza a incompetência e a negligência das autoridades. A omissão governamental, somada à politização do tema, custou milhares de vidas, que poderiam ter sido salvas com uma gestão responsável e coordenada. Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgado ano passado sustenta que ao menos 300 mil mortes por covid-19 poderiam ter sido evitadas no país.

A responsabilidade, portanto, não é apenas moral, mas também jurídica. Quando um governo se torna vetor de desinformação, desestimula a vacinação e compromete a cooperação internacional para aquisição de insumos, coloca em risco não só a saúde coletiva, mas a própria integridade do sistema público de saúde. O SUS, apesar de sua resiliência, não pode enfrentar pandemias dessa magnitude sem o apoio firme das mais altas instâncias do Executivo.

Investigar e responsabilizar é, assim, um imperativo democrático. O Brasil não pode naturalizar a perda de 700 mil vidas como se fosse parte dos “danos colaterais” de uma guerra. Pelo contrário, deve reconhecer que houve escolhas políticas conscientes que ampliaram a tragédia. Até porque isso serve de alerta: o país precisa manter a sociedade e o sistema de saúde em permanente vigilância. A covid-19 não será o último desafio sanitário global. A experiência recente deve servir como lição para reforçar a ciência, as instituições de controle, o financiamento do Sistema Único de Saúde e as políticas de equidade em saúde.



## » Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.  
» E-mail: [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

## PEC da Blindagem

Eu ouvi, enquanto aguardava minha vez de passar pelo caixa de um supermercado, uma conversa entre dois cidadãos, diga-se de passagem, bem esclarecidos. O assunto era a PEC da Blindagem, aprovada na Câmara dos Deputados, e as jogadas para proteger o mandato daquele deputado, cujo nome prefiro não mencionar, que está lá nos Estados Unidos trabalhando para prejudicar o Brasil. Já ouvi muita gente xingar o nosso parlamento, mas, dessa vez, foi demais. Os dois não pouparam adjetivos para desclassificar os nossos “representantes”. Deixavam bem claro os seus descontentamentos. Entrou um terceiro cidadão na conversa e disse: “Nós, eleitores, votamos mal, caímos facilmente nas lábias de espertalhões. Eu já estou pensando e encostando o meu título, não dá pra ficar esperando mudanças. O meu avô dizia que, desde menino, ouvia dizer: agora vai mudar e nunca mudou nada”. Pergunto: até quando receberemos tapa na cara. É pouca vergonha demais.

» Jeovah Ferreira  
Taquari

## Interferência política 1

O PL precisa se libertar da família Bolsonaro, virar a página. Parar de obstruir votações importantes para o país a troco de benefícios a determinadas pessoas. Os partidos políticos no Brasil não podem e não devem ter donos, mandatários! Vamos deixar as coisas acontecerem sem interferência política!

» Washington Luiz S Costa  
Samambaia DF

## Interferência política 2

Até quando os brasileiros que respeitam e amam a nossa democracia terão que suportar as ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e do seu secretário de Estado, Marcos Rubio? O tempo todo, estão ameaçando a nossa soberania e as autoridades do Supremo Tribunal Federal (STF). Segue um recado dos mais de 50% dos brasileiros que apoiaram e concordaram com a condenação e as penas aplicadas a cada um dos golpistas, em especial ao líder deles, o ex-presidente Bolsonaro, a Marco Rubio e Donald Trump: sugerimos que esqueçam os brasileiros e que cuidem do país de vocês. Do nosso, cuidamos nós.

» Evanildo Sales Santos  
Gama

## Recuperação

Essas clínicas de recuperação são verdadeiros celeiros de moer pessoas. Falam que fazem um ótimo tratamento, mas, na prática, é diferente: não disponibilizam médicos, transformam pacientes em reclusos, submetem internos a trabalhos forçados, maltratam pacientes. Enfim, conheci a realidade de uma das mais caras do Distrito Federal, e a prática é bem diferente do discurso.

» Ricardo Lacerda  
Brasília



MARCOS PAULO LIMA  
[marcospaulo.df@dabr.com.br](mailto:marcospaulo.df@dabr.com.br)

# O fim da anistia no Brasileirão

Quem diria! Em tempos de debate sobre anistia e PEC da Blindagem, os clubes do futebol brasileiro deveriam ser exemplo a outro tipo de agremiações: os partidos políticos. Houve um tempo em que os cartolas esculhambavam as nossas competições nacionais com um indulto chamado virada de mesa. Clubes gigantes rebaixados para a segunda — e até a terceira divisão — desrespeitavam o “estado democrático de direito” do Campeonato Brasileiro, rasgavam a constituição das competições e permaneciam onde estavam na temporada seguinte com a maior cara lavada. Como se nada tivesse acontecido.

Há quanto tempo você não ouve falar em anistia a times rebaixados no Campeonato Brasileiro? Eis um pequeno passo. Independentemente do peso das camisas, os cartolas foram enquadrados. O poderoso chefeão Mário Celso Petraglia nem ousou pedir absolvição ao Athletico-PR no ano passado.

O Furacão tem no currículo o título da Série A em 2001; foi duas vezes vice da Libertadores, em 2005 e em 2022; ganhou a Copa do Brasil em 2019, e a Sul-Americana nas edições de 2018 e de 2021. O time paranaense iniciou o fim de semana em sexto lugar na Série B, fora do G4, e correndo desesperadamente contra o tempo para voltar a figurar na elite.

Nem sempre foi assim. Em 1991, o Grêmio caiu para a segunda divisão de mãos dadas com o Vitória. O tricolor participou da Série B em 1992 e não subiria. Os cartolas de plantão rasgaram a constituição — regulamento — do campeonato e deram um jeitinho de anistiar o time gaúcho. A quantidade de vagas para o acesso foi multiplicada por seis! Passou de duas para 12. O Grêmio subiu em nono.

Houve anistia para o Fluminense. Rebaixado em 1996, o time das Laranjeiras ficou

na elite em 1997. O então presidente Álvaro Barcelos extrapolou ao estourar um champanhete para celebrar a virada de mesa e foi criticado pelo ex-mandatário Peter Siemsen: “Em 1996, o então presidente cometeu uma vergonha nacional. É injusto condenar o clube pela atitude de uma pessoa.

Filho de Barcelos, Fernando deu a explicação da família ao ato do pai. “Todos caíram em cima dele. Ele nunca comemorou uma virada de mesa. O que ele comemorou ali, naquele dia, foi o fim de todo um sofrimento pelo qual o Fluminense passava”, justificou. O Fluminense caiu novamente em 1997, jogou a Série em 1998, despencou para a Série C, conquistou a terceira divisão em 1999 e voltou à elite em 2000 na confusão da Copa João Havelange de 2000 depois de o Gama peitar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) no Caso Sandro Hiroshi e impedi-la de organizar o Brasileirão. Até hoje, há piadas de que o Fluminense deve uma participação na Série B. Tempos confusos que não voltam mais.

O fim do indulto no Brasileirão levou Corinthians, Palmeiras, Santos, Botafogo, Fluminense, Vasco, Grêmio, Internacional, Atlético-MG e Cruzeiro para a Série B. Dos 12 clubes mais tradicionais do país, Flamengo e São Paulo seguem sem ser rebaixados.

O futebol nacional deu um passo, mas faltam inúmeros. O efeito suspensivo é uma forma de anistia depois de longos julgamentos nos tribunais desportivos. Craques como Edmundo no passado, e Bruno Henrique no presente, foram beneficiados. Há absolvição aos clubes endividados, quebrados, mal pagadores. Em meio a incontáveis mazelas, passamos a ter uma certeza: quem cai, cai. E quem sobe, sobe, mesmo, depois do fim da anistia no Brasileirão. A virada de mesa acabou!

## CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara  
E se mais mundo houera, lá chegara”  
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO  
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés  
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux  
Diretora de Redação

VENDA AVULSA	SEG/SÁB	DOM	ASSINATURAS*
Localidade			SEG a DOM R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine	(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp		
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade:	(61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp		
Publicidade legal:	(61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp		
Classificados:	(61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp		

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>  
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia  
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:  
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;  
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:  
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/  
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.  
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.  
E-mail: [dapress@dabr.com.br](mailto:dapress@dabr.com.br) Site: [www.uuudapress.com.br](http://www.uuudapress.com.br)